

VOTO DE CONDENAÇÃO N.º 21/XIII

Aplicação da pena de morte e destruição de estruturas diplomáticas no Médio Oriente

A recente decisão da Arábia Saudita de executar 46 pessoas, acusados de incitação ao terrorismo e de desobediência à Casa Real Saudita, entre as quais se encontrava o importante clérigo xiita Nimr al-Nimr, gerou uma enorme onda de contestação no mundo árabe, especialmente entre as comunidades xiitas e provocou mesmo protestos frente às embaixadas sauditas em várias partes do mundo.

A Assembleia da República, na linha da tradicional posição portuguesa contra a pena de morte, não pode deixar de repudiar de forma clara estas execuções e, entre elas, a do clérigo xiita, lamentando a instabilidade que a mesma veio a gerar naquela região.

A tensão que se gerou entre Riade e Teerão é um enorme fator de preocupação para a comunidade internacional pois poderá até pôr em perigo as conversações de paz para a Região, em que estes países intervêm ativamente.

O corte de relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irão na sequência do ataque e invasão à embaixada saudita em Teerão e a um consulado, em Mashhad, veio elevar ainda mais a hostilidade entre os dois países. O ataque a estruturas diplomáticas é inaceitável à luz do direito internacional e levou mesmo o Conselho de Segurança das Nações Unidas a condenar essa ação violenta e a apelar às autoridades iranianas para que protegessem a propriedade diplomática e consular e o seu pessoal e respeitassem as suas obrigações internacionais.

Perante a crispação crescente é importante que os líderes árabes consigam adotar medidas que permitam contribuir para acalmar a tensão e reforçar a segurança na região. É

fundamental que o diálogo e moderação se sobreponham à violência verbal, física ou diplomática.

Assim, a Assembleia da República reunida em Plenário decide:

1. Condenar a execução de presos na Arábia Saudita, entre eles, o clérigo xiita Nimr al-Nimr, em linha com a tradicional posição de Portugal contra a aplicação da pena de morte;
2. Condenar o ataque e invasão das estruturas diplomáticas que se verificou na sequência de tais mortes;
3. Apelar à contenção e à negociação entre as partes para que seja possível retomar a via do diálogo entre os diversos países da Região.

Palácio de São Bento, 7 de Janeiro de 2016

Os Deputados,

José Cesário

Sérgio Azevedo

Carlos Alberto Gonçalves

Ângela Guerra

Carlos Páscoa Gonçalves

Jorge Moreira da Silva

Maria Germana Rocha

Paula Teixeira da Cruz

Paulo Neves

Adão Silva

António Ventura

Berta Cabral

Bruno Coimbra

Duarte Marques

Fernando Negrão

Maria Manuela Tender

Paulo Rios de Oliveira

Pedro Alves